

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS/ LÍNGUA PORTUGUESA NA SALA DE AULA INCLUSIVA E SUA RELAÇÃO COM OS PROFESSORES OUVINTES E O ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM SÃO JOÃO DEL REI -MG

Cleuzilaine Vieira Da Silva¹

UFSJ- Universidade Federal de São João del Rei

Kate Lyra Fátima Silva²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais

Simone Peixoto Gonçalves³

UFSJ- Universidade Federal de São João del Rei

RESUMO

O presente estudo buscou observar as relações entre alunos surdos, intérpretes de Língua de Sinais e professores ouvintes em salas de aula inclusivas, buscando entender como se dá essas relações de ensino-aprendizagem via tradução e interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa. Sabe-se que com a presença do intérprete de língua de sinais, o professor ouvinte pode conduzir suas aulas sem preocupar-se em como passar esta ou aquela informação em sinais, no entanto, dizer que há um total aprendizado pelos surdos já permite uma discussão sobre o método de ensino ou se as aulas ministradas estão adequadas, mesmo com a presença de intérprete. Para tanto, propomos neste trabalho uma discussão sobre as identidades surdas e identidades dos intérpretes ouvintes afim, contextualizar as influências sociais e linguísticas dessas identidades na transmissão de informações e conhecimentos ao público surdo. Como metodologia foi utilizado um estudo de caso, no qual o ambiente para este estudo foi duas

¹ Profa. de LIBRAS na UFSJ . Email: cleuzilaine@ufsj.edu.br

² Profa. de LIBRAS no IFSUDESTE. Email: ktlyra@yahoo.com.br;

³ Profa.de LIBRAS na UFSJ.Email: mony.gon@gmail.com

salas de aula inclusivas: uma no ensino fundamental e outra no ensino médio. Neste estudo de caso, observamos a atuação do intérprete de LIBRAS e como são as relações com o professor ouvinte e com os alunos surdos. Como resultado, encontramos identidades surdas que se assemelham com as descritas por PERLIN (2012), assim como constatamos diferentes modelos de atuação dos intérpretes com relação à postura em sala de aula frente aos alunos surdos e aos professores ouvintes em diversas situações. Contudo, ainda podemos destacar que ter a Libras como meio de apenas de se obter as informações é obsoleto, uma vez que, para os surdos a LIBRAS é a sua Língua de origem, sua língua de referência para aprender novos idiomas escritos ou sinalizados, e, portanto, essa deveria ser utilizada pelo professor e não por terceiros. Cada tradutor coloca no texto um pouco de si, um texto traduzido várias vezes pode perder sua forma original. Nisto, pode destacar que apenas traduzir não se torna suficiente para que os alunos surdos tenham compreensão que está sendo dito, é necessário uma imersão cultural sobre o que se diz e quem diz.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou investigar a atuação do intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, no ensino fundamental e médio em São João del Rei -MG, e a relações entre alunos surdos, intérpretes de Língua de Sinais e professores ouvintes em salas de aula inclusivas, estabelecendo embasamento com a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e com a Lei nº10.436/02 que oficializa a Libras como Língua dos surdos Brasileiros e o Decreto nº5.626/05 que regulamenta esta lei propondo outras providências para a acessibilidades de pessoas surdas.

Pensando na acessibilidade para pessoas surdas e em todos os aspectos linguísticos e sociais que envolvem essa comunidade, faz-se necessário entender como são constituídas as comunidades surdas, e quem são os surdos por meio dos discursos ideológicos, culturais e linguísticos, para então entender como poderá ser realizada a acessibilidade para este grupo.

No que diz Perlin e Miranda (2003) ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Segundo os autores, desta experiência visual surge à cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura.

Neste sentido, pode se dizer que o intérprete de Língua de Sinais (LS) é um dos principais meios que dão aos surdos o acesso ao conhecimento. Além do intérprete de LS, os surdos podem ter acessibilidade por meios das experiências visuais, ou mesmo própria didática do professor de alunos surdos como explicita Lacerda, Santos e Caetano (2013, p. 185) que afirmam “a sala de aula deve ser um lugar que permita que o aluno estabeleça relações com aquilo que é vivido fora dela, e deste modo interessa contextualizar socialmente os conteúdos a serem trabalhados, apoiando-os quando possível em filmes, textos de literatura, manchetes de jornais, programas de televisão, de modo a tornar a aprendizagem mais significativa”.

Desta forma, tem-se que o intérprete de Libras é um importante instrumento para a acessibilidade, assim pode-se levantar questionamentos relacionados principalmente á formação deste profissional, o desenvolvimento do seu trabalho em aspectos cognitivos, linguísticos e sociais abrangendo o seu envolvimento com a comunidade surda. A partir desta concepção pergunta-se: Como é a atuação do intérprete de Libras no fundamental e Médio e quais são as ferramentas de acessibilidade para pessoas surdas?

Assim para investigar sobre ações de acessibilidade e sobre a atuação do intérprete de Libras adotou-se como metodologia uma discussão teórica e um estudo de caso, uma vez que a própria questão já direciona para esta metodologia. De acordo com Yin (2010, p. 49) “O método do estudo de caso é, provavelmente, mais apropriado para as questões “como” e “porque”, por isso sua tarefa inicial é esclarece, precisamente, a natureza de suas questões de estudo as esse respeito”.

Sendo assim, para coleta se pretende utilizar a observação participante para observar os intérpretes em exercício na UFSJ, no que diz Marconi e Lakatos (2010, p.177), a observação participantes “consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normas deste”.

Portanto, acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para o fornecimento do serviço tradução e interpretação de LIBRAS em escolas públicas inclusivas da cidade de São João del-Rei, reconhecendo as especificidades de cada indivíduo de acordo com suas necessidades culturais, sociais e linguísticas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Quando se pensa em acessibilidade para pessoas surdas, um ponto importante está relacionado à língua de sinais que é visual, a partir dela se relaciona pontos secundários como

cultura, e movimentos sociais que constituem as comunidades surdas. Finau (2006, p. 227) afirma que, “Para o surdo, a questão de as línguas de sinais serem aceitas como linguagem está fundamentalmente relacionada à possibilidade de esses sujeitos interagirem socialmente, organizarem suas experiências cognitivas e terem acesso à educação”.

Neste caso então, a Libras- Língua Brasileira de Sinais seria a partir do que diz Finau (2006), um meio de eliminar as barreiras de comunicação entre a comunidade surda e a sociedade ouvinte. Nisto, Bordenave (1997, p.36) Afirma que; “Sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si. Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Ao se relacionarem com seres interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas”.

Pensando nisto, os intérpretes de Língua de sinais são as pessoas que transitam entre a língua dos surdos e a língua dos ouvintes. Segundo Quadros (2004, p.79); “O profissional intérprete é aquele que interpreta a mensagem de forma "precisa e apropriada" de uma língua para permitir que a comunicação aconteça entre pessoas que não usam a mesma língua, isto é, o profissional intérprete intermedia a interação comunicação”.

Desta forma, quando discutimos sobre a acessibilidade para pessoas surdas pensamos primeiramente na sua língua que é específica e também em quem usa essa língua que no caso, são os surdos, os intérpretes e as pessoas convivem com as comunidades surdas. O Tradutor e interprete de língua de sinais, que no Brasil utiliza a nomenclatura TILS, necessita de alguns requisitos para desempenha sua função profissionalmente. De acordo com a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

No entanto em contraste a essa lei, o decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei Libras 10.436/02 afirma no capítulo V, artigo 17 que essa formação do tradutor e intérprete de Libras deve efetivar-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras- Língua Portuguesa. Neste sentido, Lacerda (2012) salienta que o artigo 17 desse decreto indica o reconhecimento da profissão em igualdade com os tradutores e intérpretes de

outras línguas e o reconhecimento da importância dessa formação ser realizada por meio de curso superior, até então pouco frequente na área.

A ênfase da atuação deste profissional está relacionada ao âmbito linguístico e de tradução como afirma Quadros (2004), que além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação.

Envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. (QUADROS, 2004, p.27)

Ao contrário desta visão mais linguística da Língua, Sander (2002) coloca que a formação acadêmica do intérprete não apenas diz respeito a um curso universitário, mas, além disto, diz respeito a cursos de intérprete de Língua de Sinais, reconhecido nacionalmente, em nível de universidade, e de quatro a cinco anos de duração. Assim como os intérpretes nas línguas orais têm muitas horas de estudos e de treinamento, em universidade, nas línguas em que irão atuar e receberem sua licença para a atuação, da mesma forma intérpretes de LIBRAS deveriam passar por um curso em nível universitário - cujo currículo fosse organizado por surdos e ouvintes reconhecidamente entendidos na área - serem treinados formalmente nas mais diferentes situações, e poderem se especializar numa área do conhecimento humano (quer humanas, exatas, científicas, etc). Em conformidade com Sander (2002), Lacerda (2012, p.280) afirma que;

Um aspecto fundamental a ser considerado na atuação do IE em sala de aula é o nível educacional. O profissional precisa ter conhecimentos específicos para que sua interpretação seja compatível com o grau de exigência e possibilidades dos alunos que esta atendendo. Atuar na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio o e/ou superior requer modos de interpretação, intervenção e conhecimentos bastante distintos.

Desta forma, pensamos também no público surdo atendido pelos intérpretes de Língua de Sinais, que na maioria deveria ser fluentes em Libras e ter uma militância para defender seus direitos ao acesso à informação. Quadros (2004, p. 13) Salienta que, “A história da

constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais”. Contudo, o presente estudo se faz importante uma vez que, mesmo com a discussão de escolas bilíngues, as escolas inclusivas ainda são a grande maioria em todo Brasil e a profissão de interprete é cada vez mais necessária nos diversos âmbitos da sociedade.

3. MÉTODO, RESULTADO E DISCUSSÃO

Utilizamos como método o estudo de caso conforme YIN (2010), nisto estabelecemos o primeiro componente ao estudo que foi levantar as questões sobre “quem” foi nosso objeto de pesquisa, cujo trabalho foi direcionado para intérpretes, surdos e professores ouvintes; O “que” a relação estabelecida é a acessibilidade de pessoas surdas; “onde” no ensino fundamental e médio das escolas públicas inclusivas em São João del-Rei.

Durante as pesquisas obteve-se os seguintes resultados, os intérpretes atuantes possuem nível formação superior em áreas pedagógicas, e o relacionamento com os alunos e com os professores se dão de forma tranquila. No entanto, notou-se que esses intérpretes frequentam uma capacitação continuada de uma semana por ano, oferecida pelo governo do estado de Minas Gerais, em que todos os intérpretes atuantes são convocados a participarem. Não há ainda na cidade de São João del Rei-MG uma formação destes intérpretes, que vise a contribuir para o aprofundamento teórico e prático de língua de sinais na tradução e interpretação de diversos conteúdos de ensino dos níveis médio e fundamental.

4. REFERENCIAS

BORDENAVE, Juan E. Dias . **O que é comunicação?** São Paulo: Editora Brasiliense. 1997

BRASIL, Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010

BRASIL, Lei nº10.436 /02

BRASIL, Decreto nº5.626/05

FINAU, Rossana. **Possíveis encontros entre cultura surda, ensino e Linguística.** In. Ronice Muller de Quadros (org). **Estudos surdos I.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos. CAETANO, Juliana Fonseca. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos.** In. _____, Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p.185-200.

_____. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In. **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos.** Ana Claudia Balieiro Lodi. Ana Dorziat Barbosa de Melo. Eulalia Fernandes. (Org). Porto Alegre: Mediação. 2012. p.247-277

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PERLIN, Gladis. MIRANDA, Wilson. **Surdos: narrar e a política.** Ponto de Vista. Florianópolis, n.05, p. 217-226, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. **O Tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.

SANDER, Ricardo. **Questões do intérprete da língua de sinais na universidade.** Letramento e minorias. In. Lodi, Ana Claudia Balieiro et al (org.). Porto alegre: Mediação, 2002. p.129-135.

YIN, ROBERT K. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.